



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022
ISSN 2177-3866

“A ajuda deve vir de cima, mas de cima só Deus mesmo”: A Trajetória de Carreira de Mulheres Pretas e Empobrecidas Cariocas

NINA BRAGA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS (FGV)

ALINE DOS SANTOS BARBOSA
UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ (UNESA)

“A AJUDA DEVE VIR DE CIMA, MAS DE CIMA SÓ DEUS MESMO”: A TRAJETÓRIA DE CARREIRA DE MULHERES PRETAS E EMPOBRECIDAS CARIOCAS

Introdução

A sociedade insere seus grupos heterogêneos de formas desiguais em seus espaços, tornando a base da construção da dinâmica social ininterruptas lides dos grupos sociais pela distribuição e disponibilidade dos recursos, com acessos variáveis em quantidades e qualidade. Assim, como afirmam Magalhaes e Carvalho (2010), a evolução da configuração social brasileira reflete a constante luta pelo acesso a esses recursos, distintas em razão das peculiares de cada grupo e percebidas por configurações históricas, tornando mais tortuoso o caminho de grupos no acesso à distribuição de recursos e oportunidades no Brasil (ALMEIDA, 2020). O grupo social das mulheres pretas e empobrecidas é o exemplo dessa configuração desleal, posto que, apesar de maioria numérica, estão subjugadas em estratos sociais marginais.

Os espaços sociais ocupados pelas mulheres pretas quando entrelaçados à aspectos econômicos direcionam à marginalidade das ocupações e ao agravamento das condições sociais, cabendo a elas, essencialmente, subempregos e colocações profissionais de pouco prestígio (INSTITUTO ETHOS, 2016), não se limitando esse quadro ao cenário brasileiro. Nos Estados Unidos, as mulheres pretas só estão representadas em 1,3% de cargos de liderança e chefia nas empresas, apesar de representarem 7% da população (CATALYST, 2017).

Assim, ao se pensar no grupo social com menos acesso à distribuição quantitativa e qualitativa dos recursos sociais, pensa-se na mulher preta e pobre. O PNAD (2019) identificou que mulheres pretas compõem 26% da população do Brasil, e, apesar de serem o grupo de maior volume, é também o que apresenta maior desvantagem social. O município do Rio de Janeiro, palco histórico de lutas abolicionistas no século XIX, possui seu quadro populacional composto por 28% de mulheres pretas, caracterizadas pelo somatório das mulheres autodeclaradas como pretas e pardas, representando a maioria em relação aos demais grupos sociais estratificados por gênero e raça (homens brancos, homens negros e mulheres brancas) (SPM-RIO, 2021). Essas quase 2 milhões de mulheres apresentam narrativas marcadas por questões intrínsecas ao gênero, raça e classe que se distinguem das histórias dos demais grupos, mas carecem de estudos teóricos e empíricos que analisem a postura do Estado voltadas à suas trajetórias de carreira.

Ao buscar a compreensão acerca das trajetórias de carreira de mulheres pretas e empobrecidas do município do Rio de Janeiro, vislumbrou-se, fomentar o embasamento de novos estudos e, ainda, direcionar ações dos Primeiro, Segundo e Terceiro Setores que contribuam para mitigar a discrepância vivenciadas por essas mulheres, trazendo luz e possibilidades de acesso aos espaços que lhes cabem nas Organizações e em todo palco social.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa pautou-se na filosofia interpretativista, tendo em vista que o fenômeno analisado é oriundo da construção social, permeado pelas nuances da complexidade humana e, por tanto, a sua compreensão deve partir da vivência subjetiva do indivíduo (BURREL & MORGAN, 1994). Como escolha metodológica, optamos pela pesquisa qualitativa por meio de entrevistas em profundidade e análise documental para tratarmos da relação sujeito x objeto do estudo (STAKE, 2011).

Por se tratar de um estudo indutivo, o passo inicial da pesquisa foi a ida ao campo com a finalidade de identificar e delimitar o fenômeno a ser estudado tendo por temática principal a

carreira das mulheres (STRAUS & CORBIN, 1994; SAUNDERS, LEWIS & THORNHILL, 2019). Nesse sentido, a estrutura deste artigo segue o fluxo de um estudo que adota esta abordagem, ou seja, o capítulo de procedimentos metodológicos seguido da articulação dos resultados com a literatura. Isso acontece, porque em estudos indutivos, a teoria segue os dados, por isso, primeiro os dados foram coletados e parcialmente analisados, para então serem discutidos à luz de uma teoria que fosse suficiente para explicá-los.

Assim, a primeira etapa de coleta, foi composta por 8 mulheres entrevistadas individualmente, selecionadas a partir de indicações de contatos diretos e que possibilitaram novas fontes a partir da técnica de *Snowball* (FLICK, 2007), com o total de 9 horas e 22 minutos de gravações transcritas e codificadas linha a linha (GODOI *et al*, 2006), onde fora possível detectar os seguintes tópicos sobre a trajetória de carreira destas mulheres, conforme detalhado no Quadro 1.

Quadro 1: Dados Etapa I de Coleta de Dados

As mulheres entrevistadas identificaram dificuldades em suas carreiras relacionadas a seu gênero.
Parte das fontes declara não ter o mesmo tipo de incentivo à carreira que seus irmãos e companheiros homens.
Parte expressiva das mulheres entrevistadas relata ter tido menos oportunidade de ascensão profissional das Organização quando comparada aos homens.
As mulheres que são mães relatam terem suas carreiras prejudicadas após a maternidade.
As mulheres que se autodeclaravam empobrecidas ou oriundas de famílias empobrecidas, declararam ter muita dificuldade de acesso a oportunidades de trabalhos ou instrução que almejavam.
As fontes autodeclaradas pretas informaram sentirem-se mais discriminadas do que as mulheres brancas (empobrecidas ou não) nos ambientes profissionais. As mulheres autodeclaradas brancas também afirmaram observar um maior preconceito para com as mulheres pretas em ambientes profissionais.
A totalidade das mulheres entrevistadas afirmou já ter realizado serviços de cuidados à terceiros (filhos, pais, irmãos, parentes, vizinhos) em alguma fase da vida.
A totalidade das mulheres entrevistadas relatou não ter percebido incentivos do poder público para a construção de suas carreiras. Parte das mulheres entrevistadas afirma, em algum momento da vida, ter recebido auxílio do poder público para geração momentânea de renda.
A totalidade das mulheres entrevistadas relatou desconhecer políticas públicas de emancipação econômica, autonomia financeira e de carreira voltadas às mulheres.

Fonte: As autoras

A partir dos dados obtidos, percebemos as limitações e barreiras nas trajetórias de carreiras de todas as mulheres entrevistadas, autodeclaradas pretas ou não. Entretanto, conforme narrado pelas entrevistadas, os percalços nas trajetórias de carreira das mulheres mostram-se ainda mais gritantes no grupo social das mulheres pretas e empobrecidas. A notoriedade do fenômeno emergido do campo, desencadeou o cerceamento da temática investigada e determinou como sujeitos da pesquisa as mulheres cariocas, pretas e empobrecidas, guiando os passos seguintes da investigação. Vale ressaltar que as entrevistas do grupo de sondagem objetivaram exclusivamente em identificar e delimitar o fenômeno a ser estudado. Posto, os dados oriundos dessas interações não foram utilizados na análise da fase posterior da pesquisa. Assim, a notoriedade do fenômeno emergido do campo, desencadeou no cerceamento da temática investigada e determinou como sujeitos da pesquisa as mulheres cariocas, pretas e empobrecidas, guiando os passos seguintes da investigação (STRAUSS & CORBIN, 2019; GODOI *et al*, 2006; CHUN TIE *et al*, 2019; GOULDING, 1999; GLASER & STRAUSS, 2017).

Para a segunda etapa da coleta de dados, ainda de forma indutiva, mas já com uma direção investigativa voltada para políticas públicas e ONGs na trajetória de carreira destas mulheres, a estratégia baseada em entrevistas em profundidade possibilitou a captura de informações objetivas e de sensações, percepções e dados subjetivos, condutas, histórias do passado, ações do presente e planos futuros (CRESWELL, 2007; LAKATOS & MARCONI, 2006). As entrevistas ocorreram entre os meses de março e outubro de 2021 e foram majoritariamente

realizadas por meio de aplicativos de chamada online (*WhatsApp, Zoom e Google Meet*), respeitando as medidas sanitárias propícias ao contexto pandêmico em que a pesquisa fora realizada. Nesta etapa, foram realizadas 18 entrevistas em profundidade divididas em 3 diferentes grupos, conforme Quadro 2. As entrevistas tiveram duração média de 75 minutos, gerando 638 páginas de transcrição (fonte *Times New Roman*, tamanho 12 e espaçamento simples entre as linhas). Priorizando a segurança das fontes da pesquisa, que contaram suas histórias pautadas na garantia do anonimato, as ONGs parceiras e entrevistadas não serão apresentadas nominalmente, ou seja, serão utilizados pseudônimos.

Quadro 2 - Grupos de Entrevistas

Número do Grupo Estudado	Nome do Grupo Estudado	Entrevistados do Grupo	Objetivo Macro das Entrevistas do Grupo
Grupo 1	Secretaria de Promoção da Mulher do Município do Rio	Subsecretária da SPM-Rio	Coleta de Dados sobre as Políticas públicas Municipais sobre carreira, profissionalização, renda e emancipação econômica de mulheres
		Coordenadora do Eixo de Emancipação Econômica	
Grupo 2	Grupo Base	Mulheres Cariocas Pretas e Empobrecidas assistidas pela ONGs	Coleta de Dados de Base para o Estudo
Grupo 3	Grupo de Expansão	Gestores e Apoiadores de ONGs	Ratificação de Dados e Expansão de Informações

Fonte: As autoras

No Grupo 1, realizou-se entrevista com duas representantes da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher do Rio, a SPM- Rio, órgão ligado à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, sendo a Subsecretária Geral e a Gestora do Eixo de Emancipação Econômica e Liderança Feminina. O enfoque desta secretaria é pensar e propor ações de fortalecimento da mulher carioca, tendo uma secretaria formada por uma grande diversidade de grupos de mulheres. A relevância dessa entrevista reside na oportunidade de ouvir diretamente da gestão municipal como o poder público da esfera municipal, a mais próxima dos cidadãos, atua em relação as carreiras das mulheres, além de se oportunizar a obtenção de dados estatísticos e informações valiosas para se traçar um panorama contextual do grupo social estudado. Para esta entrevista, o roteiro investigou ações nos seguintes eixos: (i) profissionalização e qualificação profissional, (ii) empregabilidade, (iii) emancipação econômica, (iv) resgate profissional de mulheres pretas e empobrecidas cariocas.

No Grupo 2, entrevistou-se 11 mulheres cariocas pretas e empobrecidas que foram indicadas pelas gestoras das ONGs que participaram desta pesquisa (Grupo 3). As informações coletadas desse grupo foram primordiais para o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que, por sua natureza qualitativa, a força das narrativas impulsionou e ancorou o estudo. O contato com as ONGs possibilitou o acesso à estas mulheres, propiciando os encontros para as entrevistas que ocorreram seguindo a dinâmica de um primeiro contato com os representantes das ONGs que buscavam em suas assistidas mulheres interessadas em participar do estudo e, que permitiam a disponibilização de seus contatos telefônicos. Este grupo foi formado por mulheres autodeclaradas pretas. Para a delimitação da característica pobre, além da consideração da habitação das mulheres, uma vez que todas eram moradoras de comunidades periféricas, solicitou-se para as ONGs o enquadramento utilizado pelo PNAD para estudos do IBGE (2020), que determina que pessoas que sobrevivem com R\$ 876,00 (oitocentos e setenta e seis reais) como rendimento per capita máximo estão no enquadramento do espectro da pobreza.

No Grupo 3, realizou-se entrevistas com gestores de 3 diferentes ONGs que atuam no atendimento de mulheres em situação de vulnerabilidade e com sedes em comunidades periféricas do município do Rio de Janeiro e apoiadores destas ONGs. Sendo, 2 Gestores de ONGs; ii) 1 advogada trabalhista apoiadora de ONG; iii) 1 psicóloga gestora de ONG; iv) 1 Gerente e Consultor de Programas Sociais para o Setor Público, Privado e Terceiro Setor. Sobre as ONGs envolvidas neste estudo, destaca-se: a ONG 1 atua há 7 anos na Zona Norte do Rio de Janeiro em uma comunidade grande na região da Grande Tijuca, com foco em amparar famílias de mães com filhos crianças e adolescentes em situação de pobreza extrema, com projetos de emancipação social, financeira e emocional das mulheres, além de atividades culturais, esportivas e educacionais para os filhos; a ONG 2, também localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro, atua em comunidades pacificadas com a missão de amparar famílias em situação de risco social e econômico a partir de atividades educacionais para crianças e emancipatórias para as mães, com um forte trabalho de reconexão emocional e afetivo das famílias como base de atuação; por fim, a ONG 3 tem atuação em todo município do Rio de Janeiro, e seu enfoque de atuação é no amparo de mulheres vítimas de violência doméstica, cuidando não somente de aspectos físicos, emocionais, jurídicos, mas também na capacitação para geração de renda como condição de autonomia.

Além da fase de entrevistas, esta pesquisa buscou embasamento em múltiplas fontes de dados, aproveitando todos os recursos disponíveis para entender o fenômeno analisado no curso da investigação (CRESWELL, 2007). A pesquisa apoia-se nos seguintes recursos como fontes de dados: (i) entrevistas em profundidades, (ii) documentos internos e relatórios de ONGs que apoiam mulheres cariocas, pretas e empobrecidas, (iii) documentos, fotos, vídeos das fontes entrevistadas, (iv) documentos públicos da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, (v) informes públicos e dados internos da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher do Rio de Janeiro, (vi) informes do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, (vii) diário pessoal de gestora de ONG que atua no apoio à mulheres cariocas, (viii) anamnese utilizada por psicóloga que realiza acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade de renda em ONG carioca, (ix) postagens em grupos de rede social (Instagram) de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica, (x) documentos pessoais de advogada trabalhista responsável por atendimento em ONG de apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade econômica, conforme detalhado no Quadro 3.

Quadro 3 - Dados Documentais e Objetivos

Dados Coletados	O que são	Objetivos
ii) documentos internos e relatórios de ONGs que apoiam mulheres cariocas, pretas e empobrecidas	Relatório com quantidade de mulheres assistidas.	Identificar e quantificar as mulheres assistidas.
	Relatórios criados por Ong de apoio à mulher para apresentação à parceiros e investidores públicos e privados	Entender o funcionamento das ONGs, área de atuação e ações realizadas voltadas à emancipação econômica, geração de renda, profissionalização e capacitação profissional.
(iii) documentos, fotos, vídeos das fontes entrevistadas	Foto da entrevistada D em festas da família da patroa e em adaptação da escola de filha da patroa com diferença de 20 anos entre os eventos.	Realizar análise diacrônica da evolução do trabalho da mulher identificando se existiram alterações de condições ao longo do período.
	Imagem do primeiro emprego como atendente do MC Donalds em 1993.	Compreender como ocorreu a entrada no mercado de trabalho formal da entrevistada.
	Imagem da renovação da matrícula no 8 período da faculdade de Direito.	Identificar a trajetória de estudos da entrevistada ao acessar a universidade aos 40 anos.

	Vídeo nas redes sociais de bolos de casamento realizados pela entrevistada após curso de capacitação ofertado por ONG	Compreender o avanço profissional da entrevistada após atuação de ONG apoiadora.
	Documento de aprovação para faculdade de Administração após apoio e financiamento de ONG	Analisar como é realizada a atuação da ONG no apoio aos estudos da entrevistada.
(iv) documentos públicos da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro	Páginas do site oficial da Prefeitura que afirmam que, dentre os objetivos no governo, está a promoção da carreira da mulher com eixos de emancipação econômica e geração de renda.	Compreender como é realizada a das ações do Órgão Público Municipal voltado a promover a emancipação de carreira das mulheres cariocas.
(v) informes públicos e dados internos da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher do Rio de Janeiro	Informe mensal referente ao mês de julho com todas as ações e projetos da SMP-Rio.	Analisar as ações realizadas voltadas ao trabalho, emancipação econômica, geração de renda e capacitação profissional no mês de julho/21.
	Informe mensal referente ao mês de agosto com todas as ações e projetos da SMP-Rio.	Analisar as ações realizadas voltadas à trabalho, emancipação econômica, geração de renda e capacitação profissional no mês de agosto/21.
	Dados sobre projetos passados por transferência de arquivo durante a entrevista realizada.	Analisar os mecanismos de emprego de recursos públicos municipais voltados às ações de emancipação econômica, geração de emprego e renda, capacitação e profissionalização.
(vi) informes do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro	Estudo especial sobre as mulheres pretas e empobrecidas do Município em relação a desemprego e ocupação em alusão ao Dia da Mulher Preta.	Analisar os dados estatísticos sobre a situação da mulher preta e pobre do Município do Rio de Janeiro, assim como compreender as medidas tomadas para empregabilidade do grupo social.
(vii) diário pessoal de gestora de ONG que atua no apoio à mulheres cariocas	Imagem de evento realizada por ONG onde a gestora relata sobre atividade de roda de histórias realizada para mulheres em vulnerabilidade, onde cada mulher contava sua história de vida.	Compreender a relação entre questões financeiras e a permanência em relacionamentos abusivos.
viii) Anamnese de psicóloga da ONG	Cópia da anamnese aplicada pela psicóloga no acolhimento de mulheres.	Perceber como ONG que atua no auxílio à mulher coleta informações sobre trabalho, carreira e renda
(ix) postagens em grupos de rede social (Instagram) de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica	Imagens de atividades com assistidas, postagens informativas, postagens com apresentação de voluntários, apresentação de empreendimento de assistidas.	Entender, na prática, como as ONGS atuam, como se comunicam para as assistidas e para a população em geral, como apresentam seus resultados e como as participantes e sociedade interage com esses grupos nas redes sociais.
x) documentos pessoais de advogada trabalhista que atua no acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade	Imagens de WhatsApp de conversa com assistida que solicitava informações sobre auxílios ligados a renda.	Analisar o nível de entendimento e acesso aos programas geradores de renda dos Governos e a atuação da ONG nesse acesso.

Fonte: As autoras

As entrevistas e os documentos coletados foram tratados a partir dos procedimentos metodológicos da codificação aberta, axial e seletiva, para identificar categorias que emergissem dos dados (STRAUSS & CORBIN, 1994; GODOI *et al*, 2006; CHUN TIE *et al*, 2019; GOULDING, 1999). A categorização do conteúdo utilizou o critério associação por

temática sem desconsiderar aspectos não objetivos respeitando o aspecto subjetivo e afetivo das fontes. Após diversas rodadas de codificação aberta, axial e seletiva, os principais códigos que emergiram dos dados foram: Vulnerabilidade social; Insegurança Alimentar, Insegurança de Moradia, Inseguranças oriundas da Raça, Inseguranças oriundas da classe, Noções de desvantagens por serem periféricas, Insegurança em Relação à Segurança Pública, Acolhimento pelo Estado, Políticas voltadas ao gênero, Incentivo do Estado à carreira, Trabalho Infantil e na Adolescência, Trabalho Formal, Economia do Cuidado, Trabalho como Propulsor de Dignidade, Autonomia Econômica, Estudo na Infância e Adolescência, Abandono do Estudo, Retorno à Escola, Ensino Profissionalizante, entre outros. Estes códigos e categorias indicaram forte relação com a literatura sobre Carreiras, Interseccionalidades e Desigualdades Duráveis. Nesse sentido, buscou-se nestas literaturas a articulação teórica necessária para o desenvolvimento da discussão desta pesquisa. Na seção seguinte, será apresentado o referencial teórico utilizado para discussão com os dados coletados.

A Trajetória de Carreira de Mulheres Pretas, Empobrecidas Cariocas

Após a coleta e parcial análise dos dados, percebemos que as teorias de carreira, interseccionalidades e desigualdades duráveis seriam importantes aliadas na discussão desta temática. Sabemos que esse processo de análise dos dados é inesgotável e outras teorias poderiam ser utilizadas como lentes para analisar este fenômeno. Porém, buscamos teorias que explicassem a multiplicidade de fatores relativas ao fenômeno da trajetória de carreira das mulheres cariocas pretas e empobrecidas.

As teorias que se propuseram a analisar e conceituar as carreiras - tradicionais, não tradicionais, proteanas e sem fronteiras -, apesar de avançarem na temática e reconhecerem funções e desafios ao longo dos tempos, não são suficientes para explicar particularidades enfrentadas por mulheres no acesso e desenvolvimento de suas carreiras. Especialmente quando estamos tratando de mulheres empobrecidas que estão preocupadas com questões básicas como segurança alimentar e moradia. Por isso, com base em nossa revisão da literatura sobre carreira, utilizamos a abordagem de Sullivan e Baruch (2009) que a entendem como toda experiência de trabalho de um indivíduo e outras experiências relevantes, dentro e fora da organização, que formam padrões únicos ao longo da vida do indivíduo. Nesse sentido, esta definição reconhece os movimentos físicos e transversais, empregos, empregadores, ocupações e empresas, bem como interpretações pessoais, incluindo suas percepções de eventos de carreira, escolhas de carreira e resultados. Não limitando-se apenas ao vínculo corporativo que tradicionalmente é utilizado para estudar carreira, especialmente pelo fato de que neste estudo, nossas entrevistadas estão à margem das carreiras corporativas tradicionais. Além disso, a trajetória de carreira de uma pessoa é afetada por muitos fatores do seu contexto, tais como: cultura, economia e ambiente político, bem como fatores pessoais, como relacionamentos com outras pessoas. Por isso, a compreensão da trajetória da carreira destas mulheres é tão importante para desmitificar a percepção de que mulheres pretas e empobrecidas não possuem carreira por não ocuparem lugares de privilégios nas universidades e grandes corporações.

Quando a entrevistada Maria afirma: *“É difícil se manter, mas tem que ser assim. Vai lá, faz um bolo, umas unhas e paga o aluguel, cuida de uma criança, faz bico, assim vai indo, ne?”* é possível perceber que estas mulheres vão à luta diariamente, fazem todo tipo de serviço que lhes é possível, para assim garantir o sustento para sua família. Essas atividades, que são dos mais variados tipos, tais como: babás, diaristas, empregadas domésticas, cuidadoras de idosos, cozinheira, zeladora, merendeira, auxiliar de limpeza, atendente de restaurante/café/lanchonete, auxiliar em creche, cuidadoras e donas de casa, fazem parte da trajetória de carreira desempenhada por estas mulheres. Para isso, elas aprendem a desempenhar estas funções por meio do aprendizado passado da mãe/avó/tia e/ou outras mulheres com as quais elas tiveram

contato, por meio de cursos profissionalizantes oferecidos por ONGs, vídeos na internet ou qualquer outra fonte que permita esse aprendizado. Como diz a entrevistada Maria: *“Aí pensei: tenho que dar meu jeito.”* Assim, dando seus jeitos, muitas vezes sem nenhum amparo, estas mulheres vão construindo sua trajetória de carreira.

A trajetória de carreira das mulheres pretas foi contada em histórias inspiradoras de luta (JESUS, 1960; DAVIS, 1981; HOOKS, 1989; BAIRROS, 1995; EVARISTO, 2005; CARNEIRO, 2015; ROSA, MENSAH, 2016; NASCIMENTO, 2019). As mulheres pretas e empobrecidas do Rio de Janeiro trabalham desde muito jovens. As desigualdades se perpetuam marcando gerações, não se limitando à distribuição desigual de recursos, mas na distribuição não igual ao acesso de recursos de qualidade, aqueles capazes de promover mudanças nas estruturas sociais, como afirma Tilly e Tilly (2000). As mulheres, ainda na infância e pré-adolescência, acompanham suas mães trabalhando em casas de família, em pequenos empreendimentos de parentes, no cuidado dos irmãos mais novos e da casa: *“Comecei a trabalhar muito cedo, nessa mesma época, com doze, treze anos eu já trabalhava em casa de família assim uma, duas vezes na semana. As casas que minha mãe trabalhava, eu ia quando ela não podia. E já, como eu era grande, então doze anos parecia que eu tinha quinze, então (Cristiane).”*

Mesmo as mulheres que tiveram acesso ao Ensino Superior, os caminhos que percorreram e ainda percorrem são similares, cheio de incertezas, barreiras e limitadores: *“Lá em casa estudar era uma prioridade, mas o objetivo principal era não arrumar barriga, não sair da linha. Faculdade era uma coisa que não se falava. Após terminar o colégio, arrumar um trabalho de recepcionista ou vendedora já estava muito bom (Maria)”*; *“Pra minha família o máximo era terminar o segundo grau e não engravidar. Ser bem-sucedido era trabalhar no shopping de vendedora ou recepcionista de clínica. Isso já era o máximo. Faculdade não era pra gente, eles pensam assim (Roberta)”*. Rosette et al (2016), em consonância com o preconizado Jean-Marie (2009), escreve sobre o descrito fenômeno ao estudarem mulheres pretas em cargos de liderança, relatando em seus achados as dificuldades das mulheres em acessar posições superiores nas Organizações, mesmo mediante à qualificação profissional. Babás, diaristas, empregadas domésticas, cuidadoras de idosos, cozinheira, zeladora, merendeira, auxiliar de limpeza, atendente de restaurante/café/lanchonete, auxiliar em creche, cuidadoras e donas de casa, são as carreiras desempenhadas pelas mulheres nos primeiros anos de suas trajetórias profissionais, muitas nunca saem desse ciclo de trabalhos majoritariamente domésticos, com pouco prestígio social, normalmente com remunerações baixas e por vezes, realizados sem a observação das normas trabalhistas: *“Imagina o que é você dar comida para uma criança sem saber se a sua está comendo. Elas são mulheres negras e da favela e às vezes estão dentro das casas das famílias ricas de São Conrado. Imagina só o que isso não faz na cabecinha delas (Advogada Entrevistada)”*.

Um dado significativo emergido das entrevistas é relacionado à diferença entre homens e mulheres no acesso ao trabalho formal. As mulheres afirmam que seus companheiros são mais facilmente absorvidos pelo mercado formal de trabalho, porém estes possuem mais dificuldade de ocupar vagas não formais, como “bicos” e diárias. Assim, nas ocasiões em que as famílias precisam de dinheiro rápido para cobrir as despesas, cabe às mulheres ir à rua e trazê-lo seja fazendo uma diária como faxineira, realizando um serviço como cabelereira, manicure ou depiladora, ou realizando e vendendo algum alimento: *“Meu marido está parado. Eu faço bolos de festa, mas quem está fazendo festa na pandemia? Aí pensei: tenho que dar meu jeito, é mais fácil eu me virar. Eu faço empadão, bolo e doce e boto a barraquinha lá na porta da igreja, todo mundo adora minhas comidas. Aquela semana já tem o que comer (Joana)”*. Eagly & Carli (2007) afirmam que a resposta para esse fenômeno é a dificuldade generalizada do acesso às mulheres no mercado de trabalho, cabendo a elas as ocupações informais, como algo temporário, tornando-se um formato de divisão de trabalho estabelecida culturalmente: *“Muitas*

mulheres iniciam suas vidas profissionais ainda na infância. Nunca foram aconselhadas e desconhecem seus direitos de horários, intervalos, férias, pausas, essas coisas (Advogada Entrevistada)”.

Contudo, Voss (2010) entende que categorias de estratos mais elevados sempre acessarão recursos mais preciosos e, visto, por associação, ao se comparar homens e mulheres como categorias e ocupações formais e não formais como recursos, demonstram que os grupos categóricos mais fortes e representados no poder (homens) acessam recursos melhores em qualidade (ocupações formais). Tilly e Tilly (2000) afirma que essa distinção entre homens e mulheres na carreira não se limitam as diferenças salariais, mas às segregações de emprego, o que se assemelha aos resultados obtidos.

Nesse sentido, os cursos profissionalizantes promovidos pelas ONG promovem mudanças profundas nas vidas das assistidas, principalmente propiciando o início ou formalização dos empreendimentos e fomentando a trajetória de carreira destas mulheres. As mulheres que empreendem mostram-se mais fortes: *“A capacitação profissional, principalmente em áreas de alimentos e beleza, gera resultados quase que instantâneos. Elas se organizam, fazem bolo de pote, empadinha e saem para vender. Algumas tem ajuda dos filhos para anunciar no Facebook e Instagram (Psicóloga de ONG)”*. Apesar das dificuldades e barreiras mencionadas pelas entrevistadas, como a falta de informações, dificuldade e burocracia para formalização, falta ou dificuldade de entendimento dos processos administrativos e contábeis, não acesso à crédito, desencorajamento da família e amigos, falta de tempo para estudo e aprimoramento pela necessidade de realizar cuidados dos filhos e serviços domésticos: *“Eu parei no estudo, aí não tem pra onde correr mesmo, ou é comida, ou cuidar de casa dos outros, mas o que sobra? No comércio tem que ter estudo, mercado, farmácia, tudo agora eles cobram estudo (Patrícia)”*, as mulheres que empreendem e conseguem apoio de ONGs, mostraram-se diferentes em relação a autoconfiança e autopercepção, além de se apresentarem mais voltadas ao estudo e preparo profissional contínuo. A dificuldade e a vulnerabilidades persiste em ambos os grupos, porém, o grupo das mulheres que empreende resplandece uma confiança e alegria quando citam suas carreiras, empregos e trabalho. As mulheres transformam aquela atividade profissional em um novo sonho e se empenham em viver dignamente por meio daquele empreendimento: *“Meu sonho é viver muito bem dos meus doces. Hoje todos nós vivemos do que eu vendo. Meu marido trabalha comigo. Tenho dois sonhos. O primeiro é mudar minha barraca para uma melhor e depois é descer com uma loja para o asfalto e vender meus bolos pra casamentos (Joana)”*; *“Eu já estou usando o que estou aprendendo na faculdade no meu negócio e vou usar mais ainda. Eu sei que se eu usar tudo, meu negócio vai crescer ainda mais e eu vou ter mais vendas, vou trabalhar menos, gastar menos, e escolher certo (Jéssica)”*.

A Insegurança Social e a Pobreza Carioca têm Gênero e Raça

Para falarmos da articulação entre gênero, raça e classe, Crenshaw (1994), com a Teoria da Interseccionalidade, explica a subordinação interseccionada que atinge, de forma venosa, o grupo social das mulheres pretas e empobrecidas e propõe uma análise sobre as fontes múltiplas de identidade, suas relações e os efeitos dessas referências no contexto social. Estudos sobre o feminismo negro, alavancados por Davis (1981) e Collins (1990), apresentaram ao mundo as peculiaridades do sexismo e racismo interligados, fazendo com que a mulher preta seja ainda mais discriminada do que as mulheres de outras raças. Ao pesquisar a interseccionalidade na dinâmica profissional, Collins *et al* (2017) perceberem que as mulheres pretas e empobrecidas, no ambiente de trabalho, sentiam-se mais discriminadas que as pertencentes aos outros grupos e que, tal injustiça social, refletia automaticamente na satisfação laboral.

Os estudos de McCluney & Rabelo (2018) foram essenciais para o avanço teórico sobre a interseccionalidade nas Organizações, pois abordaram a visibilidade das mulheres profissionais pretas, hierarquicamente subjugadas, e condicionadas a tratamentos e oportunidades diferenciadas por seu gênero e raça. No contexto da realidade brasileira, destacam-se os estudos da brasileira Hirata (2004; 2007; 2014) que relaciona os fundamentos da Teoria da Interseccionalidade, teorizando sobre a luta contra as desigualdades vivenciadas pelas mulheres pretas e empobrecidas, a opressão do patriarcado, racismo e classismo em nossas Instituições.

As histórias revelam relatos profundos de insegurança social em incontáveis configurações. Hirata (2014) em pesquisa sobre as relações de trabalho e sociais pautadas na teoria da interseccionalidade de Crenshaw (1994), defende a necessidade de uma visão sistêmica para as análises das inseguranças sociais e discriminações, pois elas nunca se apresentam sozinhas, pois, essencialmente a subinclusão de problemas fomentam a continuidade do cenário em que ele se perpetua: *“Essas mulheres sofrem de inseguranças e vulnerabilidades diversas (Psicóloga de ONG)”*.

A insegurança alimentar, por exemplo, é fato explícito nas trajetórias: a insegurança alimentar é aquela que paralisa, que cerceia e que mina toda e qualquer esperança, ela faz um presente sombrio e um futuro que pode não existir: *“Nem sempre ia ter comida na mesa, né? Uns dias tinham, noutros não tinha. Mas a gente se acostumou e cresceu assim, era normal. Na casa de geral aqui era assim também (Maria)”*; *“O meu sonho maior e a primeira coisa que eu vou realizar com meu salário é poder ir ao mercado e não olhar preço, não precisa levar calculadora (Mariana)”*.

Todavia, ela não é a única insegurança com que essas mulheres precisam lidar. A insegurança de moradia, tal como a alimentar, emergiu como constante temor nas falas das entrevistadas. O local de moradia é a *“quantidade de passagens”* que o empregador vai pagar, é o *“ela mora perto do trabalho e não vai chegar atrasada”*, refletindo em toda cadeia sucedida por esses fatos. Assim, residir em um local próximo ao comércio, perto das maiores ofertas de trabalho, dos prédios e condomínios geradores de oportunidades é a maior chance de se manter empregada, embora nem sempre seja possível residir nesses locais. Morar perto da família e da oferta de trabalho é condição essencial para a vida: ali reside o auxílio nas horas difíceis, a rede de apoio para a criação dos filhos e para poder exercer sua carreira, perder esse círculo aumenta a insegurança e vulnerabilidade: *“Eu já morei de favor, eu e as crianças, porque parente sempre ajuda. Por isso não dá pra sair daqui nunca. Aqui tem as pessoas, a ajuda e o trabalho, tem que ser assim (Maria)”*. Eagly (2018), consoante com o que escreveram Cardenas *et al* (2014), destaca a insegurança dos gestores em contratar e promover mulheres ao perceber a fragilidade em suas redes de apoio, quando essas são mães (ou estão em idade reprodutiva), chancelando como plausível a insegurança vivenciada por essas mulheres pela possibilidade de residir longe de suas famílias e suas possibilidades de emprego: *“Tá difícil, pra mulher é mais. Quem quer alguém pra trabalhar na sua loja cheia de filho. Acham que vai faltar toda hora, todo dia um filho doente, eles falam (Maria)”*.

Existe ainda o peso de quem passa por exclusões de gênero cerceadas de vivências por ser uma mulher periférica, essa condição se mostra muito clara nas colocações das entrevistadas: *“Eu engravidei com 17 anos e dali minha vida é só cuidar dos filhos e me virar, acabou pra mim. Eu já não sou nada, sou a mulher mãe que cuida dos filhos, que da comida e corre atrás (Joana)”*; *“O marido sai pra trabalhar e a gente tem que se virar na grana fazendo os bicos, cuidar dos filhos, da casa, da sogra doente e ainda ficar bonita se não ele arruma outra na rua e a culpa vai ser nossa (Jéssica)”*.

Tais quais o gênero e a classe, a raça é geradora de inseguranças e medos, configurando-se em condições limitadoras para as mulheres pretas e empobrecidas: *“Pra gente é sempre mais difícil, ninguém quer mulher com filho. Com filho e favelada (Jéssica)”*; *“Elas se acham muito*

inferiores. Todas chegam aqui achando impossível mudar a situação de vida. Algumas tem o sonho de estudar, se qualificar, mas, pelos fatos da vida, filhos, casamento, subempregos, acreditam que não conseguirão (Gestora de ONG)”. Ser preta, para essas mulheres, é estar marcada por um estigma e possuir um limitador para a vida: A raça é uma barreira, gerar filhos pretos é parir uma insegurança que se perpetua, que extrapola o próprio corpo e atinge quem mais se ama: “A gente sai de casa com medo, a gente fala com filhos pra não sair sem documento, pra sempre estar com alguém, tirar o boné, não se meter em encrenca, se os caras cismam, já era, porque preto é preto, favelado então (Jacirara)”. É um legado de medo, uma herança de incerteza. Dentro da comunidade a regra é ser preto, não ser é a exceção que salta às vistas: “Na favela todo mundo é preto, se não se acha preto, é preto metido a branco. Branco mesmo, do olho azul é um ou outro, eles que são zoados aqui, são ponto de referência na favela. De resto, na favela tudo é preto, ou preto metido branco (Zenaide)”. O interlace de raça, classe e gênero pode ser a distância entre a vida e a morte, a oportunidade e a exclusão e é retratado como fator de forte insegurança, assim como afirmou Crewnshaw (1994).

“A ajuda deve vir de cima, do Governo, mas de cima só Deus mesmo”

A Teoria das Desigualdades Duráveis de Tilly e Tilly (2000) explica com propriedade a inércia e desinteresse do Estado em atender categorias sociais não correspondentes aos seus “pares categóricos”, como estratégia de sobrevivência e manutenção no poder. Pelas desigualdades categóricas, as Organizações são compostas por grupos ou categorias e, os grupos que detêm o poder de distribuir os recursos e oportunidades, se articulam para manter-se no topo e se proteger das adversidades. Assim, privilegia seus pares, a fim perpetuar o *status quo*. Assim, as categorias se protegem, e, quando no poder, governam para seus pares, fazendo com que o abismo existente entre os grupos se sustente por longos períodos.

Tilly e Tilly (2000), sintetiza a dinâmica dos grupos que acabam cerceados como castas sociais às oportunidades propulsoras de mobilidade social, explicando por que as políticas de carreiras para mulheres pretas e empobrecidas, não são prioridades enquanto políticas públicas. Os avanços e experimentos empíricos sobre as desigualdades duráveis circundam os estudos de sociologia, com destaque para as análises de Voss (2010), Tomaskovic-Devey *et al* (2009), Wright (2000), Galés & Pierson (2019), porém, por ser uma teoria que entende que a origem e manutenção das desigualdades encontram-se nas estruturas organizacionais, necessário se faz testar essa teoria como uma teoria da Administração, principalmente na Administração Pública, síntese máxima da representatividade social.

Quando perguntamos sobre iniciativas públicas ou por políticas públicas, as mulheres participantes deste estudo entendem que refere-se: “*as leis que os governos fazem e cumprem*”; “*o que os políticos decidem fazer*”; “*as ações do Estado para a população*”; “*aquilo que o Prefeito, Governador e Presidente fazem com nosso dinheiro*”, demonstrando o que conhecem sobre o fenômeno investigado, mesmo que encarem o assunto com notório desconforto.

Tilly e Tilly (2000) afirma que as políticas públicas são a manifestação da vontade de quem opera o poder. Assim, o direcionamento de políticas públicas que beneficiem determinadas categorias demonstra a intenção de privilegiar determinado grupo, uma vez que os recursos são sempre escassos. Em nossa investigação, ao tentar relacionar as políticas públicas com a trajetória de carreira o resultado foi unânime: a totalidade de mulheres afirma nunca ter participado de nenhuma ação pública voltada à sua carreira, assim como desconhecem existir políticas públicas nesse sentido: “*Tem um Estado pra políticas públicas que no geral não valorizam o pobre, né? Não valorizam a educação, a cultura, não valorizam, não olha com cuidado pra essa base, acho que é mais do esforço da luta, do braço, né? A gente tá vencendo lá na porrada.*” (Jéssica).

Por meio dos relatos é possível perceber que estas mulheres não percebem ou identificam ações promovidas pelo Estado relacionadas a sua carreira, uma vez que elas não têm acesso ao preparo para atuação profissional: *“Se tem (política pública) eu nunca fiquei sabendo. O que tem é ONG ajudando. Essas assistentes da ONG todo dia oferece curso disso, curso daquilo, isso sim ajuda (Joana)”*; *“Tem um Estado para políticas públicas que no geral não valorizam o pobre, né? Não valorizam a educação, a cultura, não olha com cuidado para essa base, acho que é mais do esforço da luta, do braço, né? A gente tá vencendo na porrada (Jéssica)”*. Além disso, estas mulheres encontram dificuldades na estrutura para poder estudar: *“Eu parei no estudo, aí não tem para onde correr mesmo, ou é comida, ou cuidar de casa dos outros, mas o que sobra? No comércio tem que ter estudo, mercado, farmácia, tudo agora eles cobram estudo (Beatriz)”*. De acordo com a percepção das entrevistadas, as ações do Estado não estão alcançando essas mulheres: *“Tem até aqueles cursos profissionalizantes da FAETEC, mas é tudo com prova. Quem passa nessas provas? Só o jovem que só estuda. Eu, burra velha, cheia de criança e conta para pagar? (Joana)”*. Essa fala vai ao encontro da relação de causalidade sobre a insegurança de carreiras, e torna-se um subproduto dos institutos reguladores de imobilidade social, conforme apresentado por Tilly e Tilly (2000).

Ao entrevistar representantes da Secretaria de Promoção da Mulher da Prefeitura do Rio de Janeiro, as entrevistadas afirmaram que a intenção da Secretaria Especial é, primeiramente, mapear a situação atual sobre emprego, carreira e renda das mulheres cariocas, identificando as lacunas e as maiores necessidades do grupo, para então propor ações que minimizem as desigualdades, a fim de promover a equidade entre os gêneros no acesso ao trabalho e renda, objetivo mor informado pelas fontes. A Secretaria Especial apresentou três Projetos para mulheres cariocas voltados ao eixo econômico e profissional: i) Elas na Indústria: com objetivo de impulsionar a atuação profissional de mulheres na indústria; ii) Programa Mulheres do Rio: com o objetivo de traçar rotas e estratégias voltadas à empregabilidade da mulher carioca, iii) Programa Mulher Cidadã: conecta mulheres voluntárias que compartilham seus conhecimentos com outras mulheres.

Ao questionar as fontes sobre os resultados dos projetos apresentados, estas relataram que, até a data da entrevista realizada dia 07 de julho de 2021, não havia dados da efetividade dos projetos, como quantidade de mulheres assistidas, quantidade de vagas geradas e mulheres alocadas nos projetos e, ainda de acordo com as entrevistadas, tal fato remetia à recente estruturação e implementação dos projetos e que, tão logo os mesmos estivessem estabelecidos, as informações estatísticas seriam divulgadas nos boletins de acesso público.

Apesar das ações propostas pela SPM-Rio possuírem o escopo de emancipação econômica para mulheres, não existe um encaminhamento de pautas afirmativas com enfoque em dar oportunidades de carreiras para mulheres pretas e empobrecidas.

Considerações Finais

Por meio de entrevistas em profundidade e análise documental, com uma abordagem qualitativa indutiva este artigo se debruçou na análise das trajetórias de carreiras das mulheres pretas e empobrecidas. Como resultados destacamos que a vulnerabilidade acorrentada às questões raciais, de classe e gênero transforma a vida das mulheres pretas e empobrecidas em tensões diárias pela sobrevivência, e a dificuldade e instabilidade no desenvolvimento linear de uma carreira traz ainda mais inseguranças tendo em vista que, para essas mulheres, a carreira está diretamente relacionada com a subsistência própria e da família. Perspectivas positivas ligadas à carreira, na visão das entrevistadas, é a possibilidade de mobilidade social que refletem em mais acesso à recursos de qualidade.

As carreiras, enquanto instrumentos propiciadores de mobilidade e ascensão social, precedem de políticas públicas voltadas à alimentação, moradia, segurança e educação de cunho

emancipatórios e, o que pode se perceber a partir dos dados, é o pouco movimento do poder público em fornecer autonomia para os estratos sociais que não lhes representem. Ações públicas, historicamente, tem de demonstrado pouco eficazes na superação das desigualdades categóricas, demonstradas pela presente assimetria no acesso às oportunidades, ressaltando as diferenças entre os grupos sociais ou, como afirma Tilly e Tilly (2000), pares categóricos, tornando tais desigualdades cada vez mais fortalecidas diante do contexto social.

As empresas privadas, enquanto instituições que representam a sociedade voltadas aos mais distintos fins, também se demonstram pouco propensas a trabalhar no resgate e reparação das mulheres pretas e empobrecidas, o que se torna explícito que, apesar de serem um grupo significativo da população, não possuem representatividade em postos de tomada de decisão. A exceção deste fato encontra-se nas ONGs, nominalmente reconhecidas pelas fontes entrevistadas como fatia da sociedade que atua na emancipação e autonomia dos grupos menos favorecidos, que estão fazendo um papel muito importante no fomento da trajetória de carreira destas mulheres, capacitando e incentivando diversos caminhos possíveis da carreira.

Como intervenção e possível alteração do quadro apresentado, permeiam a representatividade política enquanto grupo social, capaz de promover ações eficientes aos problemas públicos enfrentados por essas mulheres, seguindo o conceito analisado de pares categóricos e distribuição de recursos. Tal fato ganha ainda mais razoabilidade quando analisada a representação dessas mulheres em relação a pirâmide social do Brasil: são maioria enquanto grupo.

A verdadeira transformação social dessas mulheres passa por políticas públicas que enfoquem em suas carreiras desde a preparação e qualificação profissional, dando condições a partir de políticas periféricas, que cubram suas necessidades em assistir seus filhos (muitos concebidos durante a adolescência pela falta de planejamento familiar), as necessidades de alimentação e locomoção para a preparação profissional e as oportunidades de acesso e crescimento nas organizações.

A análise da economia do cuidado, praticada por grande parte dessas mulheres desde as tenras idades, além do empreendedorismo por necessidade também se fazem essenciais para a análise do quadro do grupo e relação à carreira. As Ongs que atuam na emancipação econômica acreditam e focam no empreendedorismo como alternativa com efeito imediato nas condições de vida, entretanto, trata-se de empreendedorismo por necessidade, não por oportunidade, nem sempre condizentes com os sonhos profissionais dessas mulheres.

Como contribuição para a literatura, esta pesquisa percorre os caminhos trilhados pelos estudos pregressos em organizações que abordam a trajetória de carreira de mulheres pretas a fim de identificar os avanços e hiatos na literatura sobre a temática. Fora possível identificar na teoria abordagens voltadas à carreira da mulher preta em níveis de liderança, com enfoque nas problemáticas e limitações de carreiras organizacionais e nas tensões vivenciadas pelas mulheres pretas nos tortuosos caminhos da ascensão à cargos de chefia. Neste estudo, contribuimos com a literatura ao trabalharmos com a temática sobre carreiras com um recorte interseccional de gênero, raça e classe, considerando mulheres que não estão inseridas no mercado de trabalho formal e como elas traçam suas trajetórias de carreiras nesse contexto e seus desafios para obtenção de fonte de renda suficiente para sua existência e de seus familiares.

Como contribuição empírica destacamos a compreensão de que a imobilidade social do grupo de mulheres pretas e empobrecidas é perpetuada em parte pela ausência de ações do Estado em políticas emancipatórias de carreira, fomentando hiatos sociais por gerações. Nesse sentido, o estudo contribui para incentivar a reflexão e possíveis ações dos primeiro, segundo e terceiro setores para redução das discrepâncias vivenciadas por essas mulheres. O estudo também contribui para a compreensão da importância da atuação de ONGs no apoio emocional, técnico e operacional às mulheres pretas e periféricas em suas lutas por melhores postos de trabalho, tendo destaque ao incentivo ao empreendedorismo.

Em consonância com a realidade mundial, em que o grupo das mulheres pretas, empobrecidas e periféricas é consideravelmente representativo mundialmente, o impacto da desigualdade e imobilidade sobre a sociedade demanda estudos que se aprofundem em não somente entender a percepção dessas mulheres sobre a suas carreiras, mas, essencialmente, entender as dinâmicas das Organizações Públicas e Privadas ao legitimar institutos que perpetuem suas trajetórias. Mister se faz a realização de pesquisas voltas a carreiras de mulheres pretas e empobrecidas em contextos distintos das organizações e carreiras formais, considerando as distintas carreiras, não-carreiras e ocupações vivenciadas pelas mulheres, majoritariamente em realidades sociais de países como o Brasil.

Referencias

- ALMEIDA, S. L. Racismo Estrutural. Feminismos Plurais. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- ARTHUR, M. B. The Boundaryless Career: a new perspective for organizational inquiry. *Journal of Organizational Behavior*. v. 15, n. 4, p. 295-306, 1994.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.
- CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. Selo Negro, 2015.
- CATALYST. 2017. Women in S&P 500 companies by race/ethnicity and level. Retrieved from <https://www.catalyst.org/knowledge/women-sp-500-companies-race-ethnicity-and-level>.
- CHUN TIE, Y., BIRKS, M., & FRANCIS, K. Grounded theory research: A design framework for novice researchers. *SAGE open medicine*, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. Black Feminism Thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment. New York: Great Britain, 1990.
- CRESWEL, J. W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- _____. Mapping the margins: interseccionalidade, identidade política, e violência contra mulheres de cor. *Stanford Law Review*, v. 43, p. 1241-1299, Jul. 1991.
- DAVIS, Ângela. Mulher, Raça e Classe. New York: Random House Inc, 1981.
- FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. Artmed editora, 2007.
- GOULDING, C. Grounded Theory: some reflections on paradigm, procedures and misconceptions. *Wolverhampton Business School. Management Research Centre. Working Paper Series*, WP006/99, June 1999.
- EAGLY, A. H.; CARLI, L. L. Through the labyrinth: the truth about how women become leaders. Boston: Harvard Business Press, 2007.
- EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. *Revista Palmares*, v. 1, n. 1, p. 52-57, 2005.
- GLASER, Barney G.; ANSELM L. Strauss. The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research. Routledge, 2017.
- GODOI, C. K.; Bandeira-De-Mello, R.; Da Silva, A. B. Pesquisa Qualitativa Em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos. Editora Saraiva, 2006,

- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*. V. 35, n.3, p 20-29, mai./jun., 1995.
- HALL, Douglas Tim. *Careers in and out of organizations*. London: Sage, 2002.
- HIRATA, H. O universo do trabalho e da cidadania das mulheres – um olhar do feminismo e do sindicalismo. In: COSTA, A., OLIVEIRA, E. BEZERRA, E., SOARES, V. (orgs.). *Reconfigurações das Relações de Gênero no Trabalho*. São Paulo: CUT Brasil, 2004, p. 13-20.
- HIRATA, H. e KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, setembro-dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a537132.pdf>. < Acesso em 19set2021.
- HIRATA, Helena. Gênero, Classe e Raça: Interseccionalidade e Consustancialidade das Relações Sociais. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 26, n. 1, 2014.
- HOOKS, Bell. *Talking back: Thinking feminist, thinking black*. South End Press, 1989.
- INSTITUTO ETHOS, Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 maiores empresas do Brasil e Suas ações afirmativas. 2016. Disponível em <https://issuu.com/institutoethos/docs/perfil_social_tacial_genero_500empr>. Acesso em 27jul2021.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. São Paulo: Francisco Alves, 1960.
- LAKATOS, E. M., MARCONI, M. D. A. Fundamentos da metodologia científica. In *Fundamentos da Metodologia Científica*, 2003.
- MCCLUNEY; C., L.; RABELO, V, C. Conditions of visibility: An intersectional examination of Black women’s belongingness and distinctiveness at work, *Journal of Vocational Behavior*, Volume 113, 2019.
- NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 259-263, 2019.
- PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- PNAD COVID19, 2020.
- TILLY, C. e TILLY, C. *Work under capitalism*. Boulder: Westview Press, 2000.
- TLOSTANOVA, Madina V.; MIGNOLO, Walter D. *Learning to unlearn: Decolonial reflections from Eurasia and the Americas*. The Ohio State University Press, 2012.
- ROSA, Katemari; MENSAH, Felicia Moore. Percursos formativos de mulheres negras físicas: histórias de vivência e superação de obstáculos na vida. *Revisão Física Pesquisa em Educação Física*, v. 12, n. 2, pág. 020113, 2016.
- SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. *Research methods for business students*. Pearson education, 2009.
- SEN, A. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- STAKE, R. E. *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso, 2011.
- STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. *Grounded theory methodology: An overview*. 1994.
- SULLIVAN, Sherry E.; BARUCH, Yehuda. Advances in career theory and research: A critical review and agenda for future exploration. *Journal of management*, v. 35, n. 6, p. 1542-1571, 2009.
- VOSS, Kim. Enduring legacy? Charles Tilly and durable inequality. *The American Sociologist*, v. 41, n. 4, p. 368-374, 2010.

WRIGHT, Erik Olin. Metatheoretical foundations of Charles Tilly's durable inequality. *Comparative Studies in Society and History*, v. 42, n. 2, p. 458-474, 2000.